
EDUCAÇÃO PÓS-AUSCHWITZ: IMPLICAÇÕES DE UM TEXTO CLÁSSICO

José D'Assunção Barros¹

Resumo: Um dos mais célebres textos sobre os riscos da presença do fascismo nas sociedades contemporâneas foi o célebre *Educação Pós-Auschwitz* – inicialmente proferido por Theodor Adorno como palestra, em 18 de abril de 1965, e pouco depois publicado como artigo em Frankfurt (1967). Este texto re-coloca o conceito de fascismo em uma nova escala, afastando-se da conceituação histórica do fascismo, mas permitindo avançar em uma compreensão sobre a permanência de comportamentos que podem ser ditos como fascistas nas sociedades contemporâneas. Neste artigo, pretendemos revisitar essa discussão lançada por Adorno, a partir deste texto clássico, cotejando-o eventualmente com outros textos e acrescentando exemplos históricos posteriores a ele, como o massacre de tutsis em Ruanda, em 1994. Nos tempos atuais, em que os comportamentos fascistas parecem aflorar em muitos momentos, a rediscussão deste texto clássico sobre o fascismo mostra-se oportuna.

Palavras-chave: Utopia; Fascismo; Adorno; Comportamento fascista.

Abstract: One of the most celebrated texts on the risks of the presence of fascism in contemporary societies was the famous *Post-Auschwitz Education* - initially given by Theodor Adorn as a lecture, on April 18, 1965, and shortly afterwards published as an article in Frankfurt (1967). This text reinstates the concept of fascism on a new scale, moving away from the definitions brought by the historical conception of fascism, but allowing us, on the other hands, to advance in a comprehension about the permanence of behaviors that can be said as fascists in contemporary societies. In this article, we intend to revisit this discussion launched by Adorno in this classic text, eventually comparing it with other texts and adding also later historical examples, such as the Tutsi massacre in Rwanda in 1994. Since nowadays the fascist behaviors seem to emerge in many moments, the approaching of this classic text about fascism can be particularly important.

Keywords: Utopia; Fascism; Adorno; Fascist behaviors.

¹ Historiador e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos cursos de graduação e pós-graduação em História, e como professor permanente no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. E-mail: jose.d.assun@globomail.com

REVISITANDO UM TEXTO EMBLEMÁTICO

Entre os textos curtos escritos por Theodor Adorno (1903-1969) – um dos mais notórios membros da chamada Escola de Frankfurt – “Educação Pós-Auschwitz” merece, ao nosso ver, especial destaque. Adorno, como se sabe, foi um intelectual multidisciplinar, como outros ligados ao Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt, e percorreu sistematicamente sobre áreas diversas como a Filosofia, Sociologia, Psicologia, Educação e Música. O texto em análise, como veremos, constrói-se na interconexão entre as quatro primeiras destas áreas de saber. Tematicamente, também há algo a ressaltar sobre a abrangência deste pequeno texto, e sobre sua inserção no próprio contexto histórico de seu autor. Pertencendo a uma linhagem paterna judaica convertida ao protestantismo², e precisando se exilar da Alemanha durante a perseguição nazista não apenas por isso – mas também em decorrência de sua inserção nos círculos marxistas de Frankfurt – Adorno migra para os EUA em 1938. Desde então, sob impacto da ameaça nazista que se concretizava em seu país natal, o filósofo frankfurtiano esteve particularmente atento a temas de reflexão e pesquisa como a xenofobia, racismo, antissemitismo, anti-intelectualismo – bem como à imposição destes comportamentos através dos regimes totalitários ou mesmo através da psicologia de massas imposta pelo sistema capitalista e desenvolvimentos tecnológicos da vida moderna. As formas de dominação explicitamente totalitárias como o Nazismo – regime que Theodor Adorno teve de enfrentar contemporaneamente – ou ainda aquelas sorrateiras que se impõem através de sistemas alienantes no nível da Indústria Cultural, dos sistemas educacionais ou dos próprios mecanismos que subjazem na vida cotidiana, mereceram uma atenção especial na palheta de preocupações filosóficas de Adorno.

Educação Pós-Auschwitz é um destes textos que se mostram particularmente atuais de tempos e tempos, pois, ao discorrer sobre problemas relacionados à sua própria época e a seu lugar sociopolítico de produção, também abordam questões recorrentes em outros momentos e espacialidades. O texto nos fala do mundo contemporâneo, da barbárie que se esconde sob a civilização, da interação entre a modernidade tecnológica e a agressividade ou indiferença em relação ao outro, dos modos explícitos e implícitos de dominar as massas e os indivíduos modernos. É neste sentido que desejamos visitar este célebre texto – não à maneira de uma resenha que apresente todas as suas ideias passo a passo, mas sim recuperando algumas questões importantes do texto que podem ser inspiradoras para o enfrentamento de problemas da atualidade. Além disso, acontecimentos posteriores tanto à Auschwitz da Segunda Guerra, como à elaboração do texto de Adorno em meados dos anos 1960, podem contribuir para iluminar a atualidade de algumas questões evocadas pelo autor frankfurtiano neste emblemático texto. Aliás, o próprio contexto que vivemos no mundo de hoje, e em nosso país de modo particular, justifica este encaminhamento e a utilidade do texto adorniano para uma reflexão sobre o mundo em que vivemos. Como se sabe, o planeta tem conhecido nas duas últimas décadas um recrudescimento de tendências

2 O pai de Adorno, Oscar Wiesengrund, converte-se ao protestantismo na mesma época de nascimento de Adorno, que chega a ser batizado. A mãe de Adorno, Maria Calvelli-Adorno de La Piana, era católica, e descendente de um oficial francês da nobreza corsa (cfe. WIGGERSHAUS, 2012, p. 98).

como o sexismo, xenofobia, racismo, e tal se tem expressado tanto no fortalecimento de tendências políticas relacionadas à ultradireita ou à estranha combinação da ultradireita com o neoliberalismo, como também em práticas cotidianas que adquirem a feição de verdadeiros retrocessos sociais e comportamentais.

Uma pequena e rápida digressão talvez seja especialmente oportuna para situar a impressionante reatualidade deste texto de Adorno nos nossos tempos contemporâneos. De fato, hoje vivemos um momento ameaçado de todos os lados por conservadorismos de todos os tipos e por graves retrocessos sociais no planeta. O neoliberalismo, em articulação com o capitalismo financeiro global, dissolve conquistas que já estavam bem estabelecidas para os trabalhadores, e o Estado de Bem Estar Social parece estar prestes a desaparecer no ar deixando à margem inúmeras famílias pertencentes às classes menos favorecidas. Nos Estados Unidos, nação dominante no capitalismo mundial, as fronteiras com o México são fechadas com muros de concreto e ferro erguidos pelo governo, enquanto os migrantes ilegais são perseguidos e colocados em ambientes que não ficam tanto a dever aos campos de concentração³. A invasão da Venezuela, que espreita o cenário latino-americano no momento em que escrevo este texto, em fevereiro de 2019, vê-se travestida de ajuda humanitária, mas atende a grandes interesses econômicos. Sob a capa discursiva do “humanitarismo”, implacáveis interesses políticos e econômicos conjugados pelo “império estadunidense” pretendem resolver através de uma intervenção externa neste país – depondo um governo democraticamente eleito – problemas sociais que, na verdade, suas próprias ações causaram através de embargos econômicos e alianças que buscaram isolar aquele país e financiar a sua crise política.

Talvez nunca, como nos dias atuais, tenham se mostrado ser tão incontornáveis as contradições entre Capitalismo e Democracia – ou pelo menos entre esta e os modelos de capitalismo que até então vigoraram no decorrer da história planetária. Se o século XX havia apresentado inúmeros exemplos de ditaduras tradicionais – e já na sua primeira metade assistira com perplexidade ao surgimento dos regimes totalitários em uma Europa que acabou sendo conduzida à sua Segunda Grande Guerra Mundial – o nosso século XXI parece assistir, nos anos mais recentes, à emergência de novos tipos de ditaduras, como o daquelas que não precisam mais se impor basicamente pela violência física (embora isso também continue a ocorrer), e sim através de novos modelos que envolvem o controle dos poderes judiciários e a manipulação de amplos setores da população através das mídias tradicionais e dos novos recursos digitais.

3 O muro que divide Estados Unidos e México – na verdade iniciado em proporções mais modestas pelo governo democrata Clinton, em 1994, mas depois adquirindo proporções, consistência e extensão muito maiores com o projeto sustentado pela mais recente administração republicana de Donald Trump (2017) – separa não apenas dois países, pois de certa forma simboliza a cisão brutal entre dois mundos. Um é amplamente modernizado e consegue invisibilizar as suas próprias desigualdades sociais e deslocar para periferias as parcelas de população desfavorecidas e desassistidas. Esse primeiro mundo constitui a metade que se faz dominante no capitalismo global – ainda que, em contrapartida, não tenha conseguido resolver o problema de geração de empregos para os próprios cidadãos naturais dos países que dele fazem parte. O outro mundo é visivelmente subdesenvolvido ou apenas relativamente desenvolvido, com gritantes problemas sociais, infraestruturais e econômicos, sendo este o caso do México e de outros países da América Latina, África, Ásia e Leste Europeu, chegando alguns destes países a situações extremas e catastróficas que projetam para fora não apenas ondas de migrantes em busca de uma vida melhor e mais aceitável, mas verdadeiras levas de refugiados que são empurrados para além de seus países pela fome endêmica, pelas guerras e pela violência contra grupos étnicos.

Já é típica a situação de vários países da América Latina, que nos quinze primeiros anos do novo século haviam conseguido trazer ao centro do poder político programas sociais relativamente avançados e agora vivem retrocessos, à maneira de viagens para trás no tempo, que não deixam de incluir surpreendentes recrudescimentos das desigualdades sociais capitalistas, do racismo herdado do período colonial, do sexismo que tem sua longuíssima duração associada ao patriarcado, e mesmo daqueles modos de repressão que fazem lembrar, de uma outra maneira, as ditaduras totalitárias da primeira metade do século anterior. De todo modo, este contexto não é propriamente o tema central da presente reflexão, e apenas o evocamos para demonstrar a atualidade de uma análise interpretativa que revise *Educação por Auschwitz*. Antes, porém, será oportuno recuperar rapidamente o perfil autoral de Theodor Adorno (1903-1969).

ADORNO: BREVÍSSIMO PERFIL INTELECTUAL

Adorno talvez pudesse ter seguido o caminho da Música, área na qual teve uma expressiva formação – inclusive no campo composicional, a partir de seu contacto com a célebre Segunda Escola de Viena liderada por Arnold Schoenberg (1874-1951)⁴. Mas a filosofia o atraía igualmente, e desde cedo, sob orientação de seu mentor Sigfried Kracauer (1889-1966), foi apresentado à *Crítica da Razão Pura*, de Kant. Não tardaria, por outro lado, a interagir com filósofos marxistas como Gyorgy Lukács (1885-1971) e Ernst Bloch (1885-1977). Desde então seus horizontes filosóficos, conforme veremos adiante, expandem-se consideravelmente. Com relação à dupla dedicação à filosofia e à música, isto explica, na produção intelectual de Adorno, a recorrência do tema da música como objeto de reflexão filosófica – uma maneira de harmonizar sua dupla formação musical e filosófica⁵. Além disso, cedo Adorno encontraria em seu caminho formativo alguns de seus colaboradores intelectuais, entre eles Max Horkheimer (1895-1973) e Walter Benjamin (1892-1940), o que também ajuda a compreender as condições e circunstâncias que proporcionaram a possibilidade de formação da Escola de Frankfurt – sediada no *Instituto para Pesquisa Social* fundado nesta cidade alemã.

O acorde intelectual de Adorno traz a interação entre notas diversas: a inserção em uma vertente flexibilizadora do materialismo histórico, o diálogo com a psicanálise freudiana, a concentração em temáticas de estudo que envolvem a relação entre cultura e poder, e a influência ou diálogo crítico com intelectuais diversos, que vão de Nietzsche e Kant aos

4 Arnold Schoenberg, Alban Berg e Anton Webern são os principais representantes desta escola de compositores que investiu, após 1909, no rompimento com o tradicional sistema tonal: primeiro compondo músicas atonais livres associadas à estética expressionista, e depois de 1923 instituindo um sofisticado sistema para a linguagem atonal que ficou conhecido como dodecafonismo. O atonalismo e o dodecafonismo estavam entre as práticas de vanguarda na música da primeira metade do século XX, e Adorno chegou a ser aluno de Alban Berg. Quanto à designação “segunda escola de Viena”, esta corresponde ao reconhecimento de uma primeira escola de Viena, na época do classicismo musical do século XVIII, sob a liderança estética de Mozart e Haydn.

5 A publicação de artigos sobre estética musical, por Adorno, é particularmente expressiva entre os anos de 1921 e 1932. A guinada mais recorrente para a reflexão mais propriamente filosófica inicia-se após este período inicial, com a publicação de sua Tese sobre Kierkegaard (*a construção do estético*), em 1933.

expoentes mais modernos do materialismo histórico. Entre estes últimos, sabe-se a influência que o filósofo, historiador e crítico literário marxista Gyorgy Lukács (1885-1971) estenderia a todos os membros desta escola, e em particular a Adorno, que o conheceu pessoalmente em 1925⁶. Trata-se, contudo, de um diálogo ao mesmo tempo formativo e crítico, pois Adorno, a certo momento, encarregar-se-á de analisar o que considera os desvios de Lukács diante de sua relação prática com o Partido Comunista Húngaro⁷. Por fim, não podemos esquecer os próprios diálogos de Adorno com seus companheiros da Escola de Frankfurt, em especial com Max Horkheimer (1895-1973), com o qual escreveu a quatro mãos a basilar *Dialética do Esclarecimento* (1947).

Uma obra sintomática de Adorno, que ajuda a compreender algumas de suas preocupações em Educação Pós-Auschwitz é *Dialética Negativa* (1966), um livro lançado um ano depois da palestra que gerou *Educação Pós-Auschwitz*. Trata-se de confrontar simultaneamente a dialética hegeliana e o positivismo lógico. Afirma-se, aqui, o respeito à negação, às contradições, ao diferente, ao dissonante, ou mesmo àquilo que se mostra “inexpressável”. Conforme esta perspectiva, para evitar que a razão se torne dominadora, tal como ocorre na racionalidade tradicional e sistemática, seria preciso aceitar a dualidade de sujeito-objeto, interrogando este último ao mesmo tempo em que é interrogado sempre e concomitantemente o sujeito diante do objeto, sem se saber sequer se será possível chegar a compreendê-lo por inteiro. Texto igualmente importante para entender intratextualmente a palestra de Adorno – ao qual, aliás, o autor faz algumas referências em Educação Pós-Auschwitz, é *A Personalidade Autoritária: estudos sobre o preconceito* (1950), o qual mostra que a preocupação do autor com o fenômeno nazifascista e com a emergência de comportamentos e caracteres autoritários na modernidade capitalista, inclusive no seio das sociedades democráticas, é uma temática de interesse constante na produção intelectual de Adorno. Neste livro anterior, Adorno já mostra seu interesse em investigar ou mesmo propor uma teoria global da personalidade. Quais são as forças que organizam uma personalidade mais ou menos duradoura no interior de um indivíduo, e que terminam por lhe proporcionar certos padrões de comportamento ou um mesmo complexo de respostas a situações específicas? Esta questão, que organiza o conjunto de reflexões em *A Personalidade Autoritária* (1950) – destinada a investigar um tipo específico de personalidade e a empreender estudos sobre o fascismo latente – retorna em *Educação Pós-Auschwitz*.

A preocupação em estudar o fascismo latente – não propriamente ou necessariamente os regimes nazifascistas que afloraram na primeira metade do século XX, mas sim o fascis-

6 Adorno entra em contacto com a obra de Lukács já em 1921, com a leitura do livro *Teoria do Romance* (LUKÁCS, 1914/1915).

7 Lukács – que juntamente com Karl Korsch (1886-1961) havia sido um dos fundadores da tradição interpretativa que ficou conhecida como *marxismo ocidental* – havia sido Ministro da Cultura, em 1919, na República Soviética da Hungria. Com relação ao marxismo ocidental, Merleau-Ponty – em *As Aventuras da Dialética* (1955) – situa como obras fundadoras desta tendência as obras *Marxismo e Filosofia*, de Korsch, e *História e Consciência de Classe*, ambas publicadas em 1923. Esta última teria particular influência entre os intelectuais que fundariam a chamada Escola de Frankfurt. Mais tarde, em *Considerações sobre o Marxismo Ocidental* (1976), Perry Anderson também considera estes dois autores, unidos a Gramsci, como a tríade fundadora do marxismo ocidental, logo seguidos por todo o grupo ligado à Escola de Frankfurt, entre os quais Horkheimer, Herbert Marcuse, e o próprio Adorno, além de outros nomes como Lefebvre, Goldman e Althusser.

mo que espreita de maneira visível ou invisível nas próprias sociedades ditas democráticas – constitui uma temática compartilhada não apenas por Adorno, mas também por outros frankfurtianos como Horkheimer, Lowenthal e Guterman. O interesse, portanto, não é apenas (e nem principalmente) estudar os líderes e militantes fascistas, embora isto também possa ocorrer; mas também investigar o fascismo latente em cidadãos comuns, e inclusive nas sociedades ditas democráticas. Neste último âmbito, há tanto a possibilidade de investigar o apoio deste cidadão comum – ativo ou passivo – à emergência e consolidação no poder de programas políticos fascistas, como a investigação do fascismo que ocorre diuturnamente, permanentemente latente ou manifestando-se em ambientes e ocasiões específicas⁸.

AUSCHWITZ: SÍMBOLO DA BARBÁRIE

Iniciemos nossa compreensão e interpretação sobre este pequeno texto que, já em seu título, traz uma referência histórica dramaticamente importante. Auschwitz, é um fato bem conhecido, era o complexo de quatro campos de concentração nazistas colocados em funcionamento entre 1941 e 1944, na cidade polonesa de Oswiecim – localidade tragicamente escolhida para a concretização do projeto de extermínio preconizado pela “solução final” hitlerista. Ficaram tristemente célebres as suas câmeras de gás e fornos de incineração, produtores da monstruosa “fumaça humana” que podia ser percebida saindo para fora destes espaços sinistros de desumana destruição proporcionados pelo Nazismo. As instalações também proporcionavam oportunidades para experiências utilizando prisioneiros judeus como cobaias, e procedimentos de tortura dos quais hoje podemos nos conscientizar através do Museu do Holocausto, erguido nestes locais.

Símbolo da barbárie mais monstruosa que podia até então ser concebida, Auschwitz inspirou em Adorno uma reflexão sobre a urgência de nos prevenirmos contra a possibilidade de que tais eventos e processos, e outros similares, um dia pudessem se repetir. Indaga-se, entretanto, a partir de uma reflexão desenvolvida por Sigmund Freud (1856-1939) em *Mal Estar da Civilização* (1930), sobre até que ponto certos desenvolvimentos da chamada “civilização” não seriam precisamente aquilo que “origina e fortalece, progressivamente, o

8 A *Personalidade Autoritária* (1950), de Adorno, concentra-se principalmente no fascismo latente; os estudos sobre lideranças fascistas, agitadores e praticantes ativos de ações fascistas e violentas, bem como sobre as estratégias de manipulação das massas empregadas pelas lideranças e pelos sistemas fascistas, encontram-se em artigos diversos destes autores (cfe. ADORNO, 1951 e LOWENTHAL e GUTERMAN, 1949-a e b). Na própria *Dialética do Esclarecimento* (1947), escrita por Adorno e Horkheimer, há uma sessão de estudos sobre agitadores fascistas estadunidenses da época. Já em *A Personalidade Autoritária* (1950), a presença deste tipo de personalidade autoritária entre as “pessoas comuns” é examinada através de uma sistemática pesquisa empírica com questionários distribuídos e respondidos em um universo de população de cerca de 2100 estadunidenses brancos de classe média, inscritos na faixa etária de 20 a 35 anos, e, principalmente, não participantes de milícias e partidos políticos. Além disso, ocorreram 80 estudos de caso neste universo, selecionando indivíduos que alcançaram pontuações muito elevadas ou muito baixas de fascismo latente. Deste modo, embora a palestra *Educação Pós-Auschwitz* flutue no plano das considerações teóricas e mesmo se permita a certas especulações, a constatação da presença da personalidade autoritária em pessoas comuns e nas sociedades ditas democráticas já havia sido objeto de uma cuidadosa pesquisa. A própria investigação de diferentes aspectos da personalidade profascista, encontra em *A Personalidade Autoritária* uma análise sistemática que separa em sessões as distintas disposições inconscientes como a agressividade autoritária, a submissão autoritária, e outras. Deste modo, se *Educação Pós-Auschwitz* permite-se à reflexão livre, que flana entre os vários assuntos, em *A Personalidade Autoritária* o modo de exposição é sistemático. Ao lado disto, esta obra é ainda mais diretamente atravessada por um diálogo com a Psicanálise.

que é anticivilizatório” (ADORNO, 2019, p.1). A barbárie, ademais, estava historicamente na própria origem da civilização. Neste sentido, pergunta-se em que medida essa barbárie não faria parte de nossa própria estrutura psíquica inconsciente, ao menos em alguma de suas instâncias. A relação dialética entre Civilização e Barbárie, neste e em outros aspectos, torna-se objeto de uma reflexão fundamental na perspectiva adorniana.

A citação inicial do texto de Freud situa a reflexão de Adorno em uma tensa ambiguidade entre uma perspectiva pessimista sobre os destinos da civilização e um vago otimismo decorrente da evocação da possibilidade de mudar este destino, ou pelo menos de se prevenir contra ele, através da ação orientada conscientemente. Se a civilização parece favorecer progressivamente o “anticivilizatório”, estaríamos, em outras palavras, diante de uma espécie de entropia que aponta para o terrível horizonte da “banalização do mal” – uma expressão que não é de Adorno, mas de Hannah Arendt⁹, mas que aqui se encaixa adequadamente. Como o Walter Benjamin de *Teses sobre a História* (1940), Adorno se pergunta para onde conduz o trem do progresso dito civilizatório. Estaríamos em uma “via de mão única”, ou seria preciso questionar o “anjo do progresso” que é sugado pelo futuro enquanto olha aterrorizado para os destroços deixados na história passada pelos progressos da civilização humana?¹⁰ Ao formular a sua versão de um pessimismo que, de algum modo, seria típico da maior parte dos frankfurtianos, Adorno termina por questionar a tradicional perspectiva otimista de certos pensadores iluministas acerca de um pretenso progresso que nos disponibilizaria uma civilização cada vez mais favorável à vida humana.

Nos quadros de uma civilização que tendesse efetivamente ao progresso, como Auschwitz teria sido um dia possível? Afinal, tais barbaridades foram encaminhadas por seres humanos ditos civilizados. Esta contradição perturbadora leva Adorno a inverter a questão. Como, se ainda são mantidas as mesmas condições que proporcionaram o advento de Auschwitz, tais eventos não continuam a ocorrer mais frequentemente? Mas, será que, efetivamente, Auschwitz não estaria ocorrendo todos os dias, de outras maneiras que não aquela mais evidente e bombástica que se expressa pela emissão de “fumaça humana” nos campos de concentração? Que formas de fascismo, sorradeiras, secretas, indelévels, não estariam agindo ou espreitando para aflorar a cada momento em nossas sociedades ditas civilizadas? Se a violência explícita de Auschwitz impacta pela sua brutalidade a todos que contemplam os resíduos de sua história nos museus do holocausto, não haveria outras formas de intolerância, de coisificação do ser humano, de rejeição da alteridade, de autoritarismo dissimulado em novas práticas de exclusão, ocorrendo ainda hoje nos ambientes de trabalho, nas relações entre os desiguais e diferentes, no próprio sistema de educação formal e informal?

9 O conceito é introduzido por esta cientista política no livro *Eichmann em Jerusalém* (1963).

10 A imagem do “anjo da história” arrastado pela tempestade do progresso foi inspirada em Walter Benjamin por um desenho de Paul Klee (1920), adquirido pelo filósofo em 1921. Em suas *Teses sobre o Conceito de História* (1940), Benjamin evoca esta imagem: “Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso” (tese nº 9).

Para compreender essa sinistra reatualização de Auschwitz que é exposta como um risco por Adorno, situemos, neste momento – antes de prosseguir pela crítica e pela proposta adorniana inserida em *Educação Pós-Auschwitz* – este texto que parte de um acontecimento emblemático que teria se dado entre 1941 e 1944, mas que na verdade é escrito vinte e cinco anos depois. *Educação Pós-Auschwitz* constituiu uma palestra transmitida pela Rádio de Hessen, em 18 de abril de 1965, e seria mais tarde publicada em *Zum Bildungsbegriff der Gegenwart*, na Frankfurt de 1967. Em 1965, na ocasião de feitura do texto, Adorno já alertava para o aspecto desesperador da constatação de que “tanto a estrutura básica da sociedade como os seus membros, responsáveis por termos chegado onde estamos, não mudaram nestes vinte e cinco anos” (ADORNO, 2019, p.1). Estamos já em 2019, sessenta e quatro anos depois da composição deste texto por Adorno, e talvez possamos perguntar, ainda nos dias de hoje: houve mudanças, desde então? Alguns problemas evocados neste texto de 1965 são surpreendentemente atuais.

As perspectivas de soluções que Adorno irá sugerir em seu texto, aqui e ali, circulam por áreas diversas do problema e de seu enfrentamento. O esporte, a música, a solidariedade, a reversão da tecnologia a favor do humano, a conscientização dos próprios agentes da violência, a educação escolar voltada para a primeira infância, o esclarecimento humanista para as pessoas comuns que se deixam mergulhar na alienação e na indiferença, pauta um universo de reflexões relativamente abrangente. Algumas das soluções e observações propostas por Adorno, como ele mesmo ressalta, são apenas especulativas – convites, de certo modo, a pesquisas e projetos posteriores. Práticas como os esportes ou a música poderiam, é claro – a partir de exemplos trazidos pelo próprio Adorno – contribuir para dissolver esse fascismo que nos espreita através de dispositivos vários. Por outro lado, sabemos que o esporte e a música também foram usados pelo totalitarismo. O ambiente competitivo proporcionado pelo esporte, por exemplo, abre dois caminhos. Não é difícil perceber que a competitividade agressiva pode facilmente ser associada à guerra, ou à mesma mentalidade que faz surgir e perpetuar a guerra. Mas há também o esporte solidário, e o esporte que canaliza a agressividade para uma via construtiva. A arte, de todo modo, humaniza, cria seus próprios espaços de solidariedade. Antes de chegar a este ponto, porém, Adorno se pergunta pelos “perseguidores”, por aqueles que perpetraram Auschwitz. Quem eram eles? Que condições possibilitaram a sua emergência e afirmação social? Sua reflexão caminha no sentido de compreender que aqueles que encaminharam tais atos de violência contra o outro seriam precisamente aqueles que se mostravam incapazes de desenvolver reflexões sobre si mesmos¹¹.

O Nazismo, em certo sentido, seria um bom exemplar da barbárie localizado no tempo; mas, na verdade, as práticas tipificadas por Auschwitz – apenas uma pequena ponta visível de um processo muito mais diversificado e sombrio – estariam ocorrendo todos os dias. Elas retornam, afloram em certos momentos, adquirem maior nitidez em determinados ambientes e situações; mas ali estão elas, sombrias e sorradeiras, presentes em um sistema que proporciona a inconsciência sobre si mesmo, parceira da incapacidade de aceitar o outro. O primeiro passo para criar condições de massacrar o outro, aliás, é o que nos diz Adorno, é esquecer-se de si mesmo:

¹¹ “É preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si mesmos” (ADORNO, 2019, p. 2).

Aquele que é duro contra si mesmo, pensa adquirir o direito de sê-lo contra os demais, e se vinga da dor que não teve a liberdade de demonstrar, que precisou reprimir (ADORNO, 1995, p.127)¹².

A falta de consciência, de criticidade, está entre as condições que possibilitam a emergência e consolidação de uma vida fascista. A “aceitação incondicional daquilo que é dado”, ou que parece estar dado, prossegue Adorno, é uma porta aberta para o fascismo. De igual maneira, o problema de saber lidar com a liberdade adquire aqui uma centralidade importante. As dificuldades de lidar com sua própria ‘liberdade’ em sua relação imprescindível com a ‘responsabilidade’ espreitam a todos como uma ameaça de que os indivíduos modernos, inseridos em suas sociedades, substituam os seus superegos por autoridades externas – o que certamente ocorreu no fascismo e nos investimentos nos “líderes”, “duces”, “führers” e “generalíssimos” que foram feitos pelas sociedades que deslizaram para o totalitarismo. Outras, podem não ter tido sucesso na imposição política de seus líderes – aos quais se devia a mesma obediência incondicional – mas a sua recorrência tanto nas Europa como nas Américas foi uma espécie de sinal dos tempos (“anauê!”). Do ponto de vista de uma releitura adorniana das proposições de Freud, os ditadores e líderes nacionalistas autoritários assumem, em muitos casos, essa posição do superego, e tornam-se capazes de conduzir as sociedades a extremos políticos de ódio e violência. Muitos se tornam “mitos”, são carregados nos ombros. Não parece importar tanto que não tenham nada de útil a dizer; é preciso apenas que pareçam ter algo a dizer, e por vezes bastam algumas fórmulas vazias e contraditórias.

Vamos nos ater, inicialmente, à linha argumentativa desenvolvida por Adorno desde o início de sua palestra *Educação Pós-Auschwitz*. Seu alerta principal é o de que, longe de ser “uma aberração no curso da história” – um fenômeno superficial desviante, ou um ponto fora da curva – a experiência fascista dos totalitarismos do último século representou apenas uma recorrência da barbárie. Para exemplificar isso, Adorno cita inicialmente outro genocídio já conhecido em sua época, desde o período da Primeira Guerra Mundial, mas ao qual se tem dado muito pouca atenção: o chamado “genocídio armênio”, com o assassinato planejado de um milhão de indivíduos armênios pelos otomanos¹³. Se pudesse prever o futuro, Adorno poderia perfeitamente ter citado o tristemente célebre genocídio de Ruanda, ocorrido em 1994, portanto cinquenta anos depois do genocídio perpetrado pelos nazistas. Ademais, Adorno observa que “a invenção da bomba atômica, capaz de matar centenas de milhares literalmente de um só golpe, insere-se no mesmo nexos histórico que o genocídio nazista” (ADORNO, 2019, p.1). Deste modo, se o nazismo foi um estado de exceção, paradoxalmente este estado de exceção parece ser antes uma regra, fadada a se repetir, a não ser

12 A premissa de que quem é duro consigo mesmo também o é com os demais aparece bem discutida em *A Personalidade Autoritária* (1950), na parte em que se examina a valorização do poder e da dureza.

13 O genocídio armênio foi o assassinato sistemático, a partir de 1915, da minoria armênia que habitava a região da Turquia, então controlada pelo império otomano. Estima-se ter ocorrido o assassinato de um milhão e meio de armênios. Em duas fases, primeiro ocorreu o massacre da população masculina jovem, depois uma “marcha à morte” à qual foram obrigados idosos, mulheres, crianças, e enfermos, condenados a caminhar, para morrer, no deserto sírio. Isso ocorreu vinte e seis anos do holocausto nazista.

que nos coloquemos em permanente estado de alerta e sejamos capazes de agir diariamente contra a barbárie. O papel da Educação, neste sentido, mostra-se primordial.

O GENOCÍDIO DE RUANDA A ATUALIDADE DE *EDUCAÇÃO PÓS-AUSCHWITZ*

Gostaríamos de, neste momento, investir em uma digressão, trazendo à palheta de exemplos um evento bem posterior à morte de Adorno, mas que mostra a atualidade da reflexão de que a violência da barbárie continua a espreitar os tempos contemporâneos. Saltando para a antessala do novo milênio, poderemos ver que os danos da educação e da moldagem social de indivíduos na formação das tragédias contemporâneas podem ser bem exemplificados com o caso de Ruanda, o brutal genocídio africano ocorrido em 1994, o qual, adicionalmente, também poderá contribuir para mostrar como – cinquenta anos depois das experiências de Auschwitz, e trinta anos depois de Adorno proferir a sua palestra – a barbárie continua sendo uma ameaça tão forte como na época do Nazismo. A digressão ajudará simultaneamente a iluminar a atualidade do texto de Adorno sobre a Educação Pós-Auschwitz, e a mostrar como se constroem política e socialmente as tragédias ligadas à barbárie¹⁴.

Ruanda é um pequeno país encravado na região dos Grandes Lagos da África centro-oriental, estando cercado pelas fronteiras com o Zaire, Uganda, Tanzânia e Burundi – este último também vindo a ser um pequeno país em circunstâncias similares e habitado por uma população análoga em termos de identidades tribais predominantes¹⁵. Os países desta região, após a partilha da África no Congresso de Berlim em 1885, foram atribuídos ao controle da Alemanha. No caso de Ruanda, excepcionalmente, a passagem ao controle alemão ocorreu em 1890, no congresso de Bruxelas. De todo modo, após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, a colônia passaria ao controle belga.

Basicamente, em termos de presenças étnicas, Ruanda era partilhada por dois povos relativamente próximos na aparência, e que sob certos aspectos nem implicariam em uma necessidade maior de serem identificados como populações distintas: os hutus e tutsis¹⁶. Ambos os povos utilizam a mesma língua (kinyarwanda). Pesquisas sobre o genoma das populações africanas mostram que os dois grupos têm origens distintas, decorrentes de migrações ancestrais para o mesmo local, mas que também apresentam interpenetrações. De qualquer maneira, não apresentam muitas diferenças ao nível de aparência. Se quisermos apenas apontar algumas tendências físicas, podemos dizer que os tutsis, em comparação aos hutus, tendiam a serem mais altos, terem a cor negra da pele um pouco mais clara, e o nariz mais afinado. Dedicavam-se originariamente ao pastoreio, enquanto os hutus dire-

14 Aproveito, aqui, algumas reflexões que incluí em livro recente: *Igualdade e Diferença* (BARROS, 2016).

15 Ruanda e Burundi, melhor dizendo, passam a se distinguir apenas em 1959, após a expulsão do rei Kigele V da colônia belga, confirmando a derrocada da monarquia tutsi. No Burundi, que alcançaria a sua independência em 1962, seguiu-se um governo tutsi, e o país será igualmente marcado por um crescimento da hostilidade entre tutsis e hutus.

16 Uma terceira etnia, a dos twas – povos pigmeus que eram os mais antigos na região – não teve peso significativo no xadrez ruandês de tensões intertribais. Em Ruanda, por sinal, os twas também utilizavam o mesmo idioma das tutsis e hutus.

cionaram-se historicamente para a prática da agricultura. Em Ruanda (e no Burundi), os tutsis constituíam a minoria étnica; mas é importante salientar que, na Ruanda moderna, já era frequentemente difícil distinguir um tutsi de um hutu só pela aparência, embora as carteiras de identidade na Ruanda pós-colonizada apresentassem o indicativo da etnia à qual pertenciam cada um dos vários indivíduos pertencentes à população ruandesa.

Voltemos ao período colonial. Os alemães que passaram a controlar Ruanda após a partilha da África viram a oportunidade de enfatizar ainda mais a divisão entre tutsis e hutus – povos que viviam perfeitamente misturados e coabitavam em paz a região conformada por Ruanda e Burundi. A classe dirigente monárquica, antes do domínio colonialista, vinha do seio da população tutsi, mas isso não chegava a afetar as possibilidades de convivência entre os dois grandes grupos. Para usar a diferença intertribal a seu favor, os alemães selecionaram um dos grupos para ocupar posições de colaboração e constituir uma camada diferencial mais próxima dos colonizadores. Os tutsis – além de constituírem uma minoria, e, portanto, serem úteis para tal propósito – tinham características que os alemães consideraram mais próximas dos europeus: a tendência a uma altura mais elevada, tonalidade de pele mais clara e nariz mais afilados. Foram os escolhidos, através de um processo de discriminação, para ocuparem a posição privilegiada no plano bipartido de desigualdades ao qual deveria se sujeitar a população local.

Depois de transferido o controle de Ruanda para os belgas, com a derrota alemã na Primeira Grande Guerra, prosseguiu essa ênfase na divisão entre tutsis e hutus como estratégia de sujeição colonial. Os belgas, que exerceram um domínio ainda mais duro que o dos alemães, consideraram-na oportuna, e de fato intensificaram a política de clivagem e atribuição aos tutsis de funções privilegiadas, reforçando suas possibilidades de assumirem cargos na administração estatal, acesso ao treinamento militar e educação privilegiada. As escolas, por exemplo, eram previstas para serem frequentadas pelos tutsis, e não pelos hutus. Talvez por isso instituíam como requisito para o postulante uma estatura mínima.

Esse processo de desigualdade estabelecido pelos europeus – com deliberada ênfase na clivagem entre essas duas diferenças, a dos tutsis e hutus – fez crescer gradualmente a hostilidade entre os dois grupos desde o período colonial. Um primeiro marco de maior acirramento ocorreu em 1959, quando a maioria hutu derrubou a monarquia tutsi. Três anos depois, em 1962, Ruanda afirmou sua independência, e a minoria tutsi ficou à mercê das hostilidades dos hutus: muitos foram expulsos do país ou migraram para países limítrofes, embora uma parte dos tutsis tenha permanecido em Ruanda.

Em seu exílio na Uganda, um grupo de refugiados tutsis fundou um movimento intitulado Frente Patriótica Ruandesa. Esses tutsis radicais, amparados em um pequeno exército, invadiu mais tarde, através da fronteira ugandesa, a Ruanda já dominada pelos hutus, estabelecendo-se na região fronteira com planos de futuramente reocuparem terras no território ruandês ou mesmo o próprio poder político. O movimento de retorno dos tutsis radicais provocou uma reação de radicais da população hutu. Apoiado pelo governo hutu de Ruanda, através de programas de rádio e de uma campanha sistemática, foi estimulado ainda mais o ódio étnico de hutus em relação aos tutsis¹⁷.

17 O xadrez ruandês de tensões intertribais contou ainda com a agravante trazida pela derrubada de um avião, em 6 de abril de 1994, no qual viajavam os presidentes hutus da Ruanda e do Burundi. O governo foi logo ocupado pelo grupo Poder Hutu, que culpou os tutsis pelo atentado. Armava-se o cenário para um violento conflito.

Literatura e Autoritarismo, Santa Maria, n. 39: Resistência à espiral da distopia e do ódio. Jan.-Jun. 2022, p. 123-146.

<http://dx.doi.org/10.5902/1679849X63956>

Recebido em 24 de janeiro de 2021 – Aceito em 24 de maio de 2021

Entre abril e julho de 1994, um massacre meticulosamente planejado – envolvendo um sistemático recrutamento de hutus e a concomitante distribuição de armas – foi desfechado pelos hutus radicais contra os tutsis, e também contra hutus moderados que eram críticos da política governamental¹⁸. A golpes de facão e tiros, milhares de tutsis foram assassinados em um dos maiores massacres do mundo contemporâneo. Mais tarde, os tutsis da Frente Patriótica Ruandesa sentiram-se fortalecidos para avançar em direção a Kigale, capital de Ruanda, e finalmente substituíram os hutus no poder, provocando agora migrações de hutus radicais para o Zaire¹⁹.

O que nos mostram os conflitos entre tutsis e hutus em relação à interpenetração das desigualdades e diferenças? Temos aqui duas diferenças construídas na sua oposição radical, ou enfatizadas, que evoluem até a ocorrência de um massacre. Temos também grupos externos – os colonizadores alemães e belgas – como fomentadores dessas diferenças para seus próprios propósitos, recriando sobre elas um novelo de desigualdades que contribuiria insidiosamente para um acirramento ainda maior da alteridade radical. Originalmente diferenças tribais capazes de coabitar a sua região ancestral em perfeita paz – e que até partilhavam a mesma língua e cultura, não sendo nem mesmo muito fácil de se distinguir uma da outra por traços físicos – as etnias hutus e tutsis foram levadas à mútua hostilidade por processos até então estranhos ao seu curso histórico. Interesses colonialistas, instituidores de desigualdades, foram os principais responsáveis por estas duas etnias se virem mergulhadas na alteridade radical.

O massacre de Ruanda é, neste sentido, um exemplo de como o entremeado de desigualdade e diferença pode conduzir a desdobramentos sociais desastrosos. Houve ainda a atuação de fabricantes e negociantes de armas, que proporcionaram uma base concreta instrumental para o massacre, o que nos mostra mais uma vez a interação entre capitalismo e barbárie. Além disso, a tragédia mostra mais outra face da barbárie, esta bem oculta pela boa política internacional. O massacre de tutsis em Ruanda, em 1994, revela-nos a condenável omissão das Nações Unidas diante de um genocídio previamente arquitetado e anunciado. De igual maneira, os estadunidenses, habituais interventores em conflitos regionais quando têm interesses a defender, declinaram do seu habitual discurso de polícia planetária neste caso.

Eis um aspecto bem sintomático, que ajuda também a iluminar a continuidade da barbárie ainda nos dias de hoje. Nos momentos em que escrevo este texto, em fevereiro de 2019, arquiteta-se através de uma articulação internacional, liderada pelo governo estadunidense, uma invasão da Venezuela com vistas a impor a substituição do governo eleito popularmente, sob o pretexto de “ajuda humanitária” ao povo venezuelano, que na verdade sofre com o boicote econômico proporcionado pelas mesmas forças que, no instante seguinte, se prontificam a prestar a “ajuda humanitária”. Deste modo, estas forças “humanitárias” provocam a

18 Parte dos hutus radicais estava organizada no partido Parmehutu (Partido do Movimento de Emancipação Hutu).

19 As milícias hutus que promoveram o grande massacre de Ruanda, e que depois se viram forçadas a fugir para o Zaire, hoje República Democrática do Congo, eram conhecidas como *interahamwe* (“aqueles que lutam juntos”) e estavam sob a liderança de Georges Rutaganda. Unidos a hutus congolezes, e encorpados por soldados do governo hutu deposto, passaram desde então a constituir o Exército de Libertação de Ruanda (a Alir). Em 2001, a Alir fundiu-se com o Movimento de Libertação Hutu, e formando as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR). O xadrez de tensões continua armado para o movimento de suas peças.

calamidade social, o desespero de segmentos inteiros da população de um país, para depois prestar uma ajuda humanitária militarizada que traz consigo o domínio econômico dos recursos naturais do país e a imposição de um governo fantoche, fabricado para esse fim entre os opositores de última hora e com a ajuda de mídias comprometidas com os interesses opressores. Uma vez dominado, o país pode ser submetido a um processo de exploração de sua população trabalhadora, ao sugar de seus recursos naturais (neste caso, o Petróleo), e ao esvaziamento da consciência crítica de seus habitantes. Conforme se vê, a barbárie assume formas sutis – cínicas, poderíamos dizer – disfarçadas de “ajuda humanitária”. Será tão pior o nazismo? Mas este já é outro exemplo, que já nos levaria mais longe.

Seria oportuno observar que a barbárie não ocorre necessariamente apenas no polo da extrema-direita, e que poderiam ser citados massacres e expurgos ocorridos durante o governo stalinista, que configurou um totalitarismo de esquerda. A barbárie não é necessariamente fascista, embora o fascismo necessariamente implique em barbárie. O nazismo, de todo modo, é incontornavelmente o melhor exemplar nestes casos. Isto porque os próprios pressupostos declarados do nazismo – o que pode ser muito facilmente verificado através da leitura do livro *Mein Kampf*, escrito por Adolf Hitler em 1924 – declaram com todas as letras a discriminação racial, a superioridade de uma pretensa raça ariana sobre as outras, o projeto de extermínio do inimigo escolhido para a barbárie de primeira hora (o judeu), e o planejamento de futuros extermínios ou escravização de outros grupos. A barbárie não é nem um pouco disfarçada no hitlerismo: ela é consciente de si, exposta a todos que quizerem ler o que se apresenta com o nazismo. O livro será vendido como best-seller alemão em sua época, principalmente após a ascensão de Hitler à chancelaria: distribuído em escolas alemãs, será também ofertado a casais nubentes que iniciam um grupo familiar.

Posto isto, poderíamos dar mais exemplos, à direita e à esquerda, mas não é o caso da presente reflexão²⁰. Fora da discussão em torno do eixo direita / esquerda, e ao longo de toda a história, também encontraremos mais barbáries. Com alguma facilidade encontraremos bons exemplares com a Santa Inquisição. Obviamente que o conceito de “barbárie” apresenta uma extensão muito mais considerável do que o de “fascismo”, que necessariamente é um fenômeno moderno e contemporâneo. De todo modo, a partir de certo momento desta reflexão, vamos acompanhar Adorno no uso mais extensivo da ideia de “repetição de Auschwitz”. Na última seção deste ensaio, evocaremos mesmo um conceito mais dilatado de fascismo, lembrando um uso que lhe foi dado por Michel Foucault, ao explorar esta palavra em uma outra extensão conceitual (1977). Por fim, vale lembrar que com uma das acepções de “fascismo” – nos momentos em que a palavra é empregada não para se referir ao regime de Mussolini, mas a um conjunto de regimes totalitários de direita que vão do nazismo alemão e do fascismo italiano ao salazarismo e franquismo – a persistência destes dois últimos regimes até a década de 1970 justifica esse uso pelo menos até este período.

20 É minha opinião que o socialismo autêntico é incompatível com a barbárie. Mas não se trata o caso de abordar este tema, neste momento. Mas quanto ao Nazismo, não há como sustentar a ideia de que a barbárie, a discriminação, o projeto de supremacia racial, o extermínio ou escravização de outros povos, a xenofobia, a incitação ao fanatismo e a manipulação da inconsciência coletiva – entre outros aspectos – não o constituam visceralmente. Basta ler os livros escritos pelos próprios ideólogos nazistas.

RETORNANDO À REFLEXÃO ADORNIANA

Prossigamos com a reflexão sobre alguns dos aspectos mais importantes trazidos pelo autor frankfurtiano em *Educação Pós-Auschwitz*. Ao investigar a presença do comportamento fascista em nossas sociedades modernas, Adorno parece ter em vista o esclarecimento analítico sobre diferentes sujeitos coletivos e tipos individuais ao mesmo tempo, e escolhe saltar da análise de um destes tipos a outro sem maiores avisos, o que solicita uma leitura atenta do texto, que não é propriamente didático. Horas há em que Adorno está falando dos indivíduos nazistas ou fascistas propriamente ditos, considerando a perturbadora questão que indaga: como se constrói um fascista? Nestes momentos, suas reflexões analíticas voltam-se para os líderes do movimento. No entanto, em outras ocasiões, Adorno parece estar se referindo aos tipos fascistas que compõem um coletivo maior: não os líderes propriamente ditos, mas a massa de militantes destes movimentos políticos, os membros das gangues neonazistas que habitam algumas das cidades modernas, os apoiadores radicais de sistemas de preconceitos, as diferentes camadas de agressores.

Já em outros momentos, Adorno perscruta a massa de indivíduos comuns (não militantes) que apoiaram estes regimes e que ainda hoje dão ocasionalmente lastros eleitorais a propostas análogas. Não são indivíduos de extrema-direita por convicção, mas sim pessoas comuns que podem se afinar eventualmente com a extrema-direita e com suas ideias, em um certo nível de alienação carente de maior convicção e com uma flutuação difícil de prever. Por fim, às vezes Adorno parece querer entender, desesperadamente, como foi possível ocorrerem Auschwitz e outras realizações da barbárie sem uma resistência da sociedade mais ampla. Desespera-se diante da presença histórica (e atual) de pessoas que não fizeram o fascismo, mas que também não fizeram nada para detê-lo. Conforme se vê, é preciso surpreender Adorno nos saltos que ocorrem entre as análises dos tipos humanos que construíram o fascismo e que reatualizam diuturnamente a barbárie (os “agressores” de todos os tipos), e as análises que buscam compreender as pessoas comuns que se deixaram instrumentalizar pelo fascismo: ou o apoiando sem convicção, ou o justificando por omissão. A presença de agressores, e de pessoas comuns instrumentalizadas pela barbárie, mesmo sem se dar conta disto, recorre cotidianamente, e é preciso despender uma energia analítica para estes dois polos de preocupações.

Face a esta flutuação entre diversos sujeitos históricos que se relacionaram de maneiras distintas com os acontecimentos fascistas e as experiências da barbárie, o texto precisa ser lido com cuidado. Não podemos dormir sobre ele – e essa parece ter sido a intenção de Adorno ao não facilitar didaticamente a leitura (ou audição da palestra) com uma certa organização do discurso em tópicos que deixassem claro sobre quem ele está falando a cada momento. Temos de compreender, por fim, que o texto é decorrente de uma palestra prevista para emissão radiofônica. Isso dá um certo direito a Adorno de viajar mais livremente sobre o seu tema, empreendendo as flutuações que já fizemos notar.

Toda a argumentação principal de Adorno neste texto está centrada na ideia de que, para evitar a recorrência futura de eventos como Auschwitz, torna-se particularmente importante uma análise acurada dos mecanismos que tornam possível a emergência de comportamentos como o dos fascismos – seja no que se refere aos seus indivíduos, seja no

que concerne aos seus coletivos – ou mesmo como os comportamentos microfascistas que surgem na vida cotidiana. Promover uma tomada de consciência destes mecanismos, e, sobretudo, esclarecê-los aos próprios perseguidores e agressores que produzem as violências de todos os tipos (o primeiro e segundo grupo de agentes atrás descrito), é um dos projetos expostos no texto. Enquanto isso, o autor frankfurtiano indica a igual urgência de despertar de seu sono alienante os outros grupos – os que não são fascistas, mas nada fizeram para deter o fascismo, por exemplo, ou aqueles que produzem comportamentos fascistas cotidianamente sem saberem que estes comportamentos são fascistas, ou mesmo sem se darem conta de que estes comportamentos são agressivos e injustificáveis.

A Educação, na ótica adorniana, assume aqui uma dupla face. De um lado, destaca-se a urgência de atentar para uma educação voltada para a primeira infância – uma vez que, retomando um princípio freudiano, Adorno apoia-se na ideia de que o caráter se forma principalmente nesta fase do desenvolvimento individual. Deste modo, para formar futuras gerações – libertas dos mecanismos geradores da mentalidade fascista e das suas formas de favorecimento em vários níveis – a Educação teria um trabalho especial a dedicar à primeira infância. Por outro lado, a Educação precisaria também se ocupar do esclarecimento geral com vistas a proporcionar uma tomada de consciência das gerações adultas do presente – principalmente levando consciência aos próprios perseguidores. A ideia de impedir o afloramento de personalidades predisponentes ao fascismo ampara-se na concepção de que estas não são natas, mas sim psicossociais. Esse pressuposto tanto é mantido em Educação Pós-Auschwitz, como já aparecia em *A Personalidade Autoritária* (1950).

Vejamos um primeiro ponto. A consciência de si é chave para compreender o outro; e a formação do próprio indivíduo é diretamente ligada aos modos como ele trata o outro²¹. A auto-identificação e os modos de lidar com a alteridade são elementos que interagem reciprocamente. Esta dialética apresenta vários aspectos na argumentação de Adorno. Podemos começar com a ‘identificação cega com o coletivo’, típica dos modos de pensar e de agir dos indivíduos que terminam por constituir a base de modelos totalitários e de comportamentos exemplificáveis com as experiências fascistas. Assim, conforme ressalta o autor frankfurtiano, “pessoas que se enquadram cegamente em coletivos convertem a si próprios em um material, dissolvendo-se como seres autodeterminados; isto combina com a disposição de tratar os outros como sendo uma experiência amorfa” (ADORNO, 2019, p.5). A ‘consciência coisificada’ complementa este processo. Ou, nas palavras de Adorno, “no começo as pessoas deste tipo tornam-se, por assim dizer, iguais a coisas; em seguida, na medida em que o conseguem, tornam os outros iguais a coisas” (ADORNO, 2019, p.5). Percebe-se, com relação a este aspecto e ao anterior – e, na verdade, com relação às demais instâncias da formação de mentalidades à maneira fascista – que cada modo de anular a si mesmo repercute em uma concomitante tendência a anular o outro. No que concerne aos personagens que se apresentam como líderes, ou mesmo simples militantes ou integrantes dos movimentos de tipo fascista, Adorno denominou ao complexo de características pertinentes a estes indivíduos como “caráter manipulador”.

21 A incontornável interação entre o Eu e o Outro é uma constatação que já aparece como um pressuposto freudiano em *Psicologia das Massas e análise do Eu* (1921).

A relação do ser humano com a tecnologia – ou, mais propriamente, a deterioração do humano no tecnológico, é outro aspecto importante examinado por Adorno:

“Não se sabe com certeza como se verifica a fetichização da técnica na psicologia dos indivíduos, onde está o ponto de transição entre uma relação racional com ela e aquela supervalorização, que leva, em última análise, quem projeta um sistema ferroviário para conduzir as vítimas a Auschwitz com maior rapidez e fluência, a esquecer o que acontece a estas vítimas em Auschwitz” (ADORNO, 2019, p.6).

O problema não é novo. Podemos pensar no físico estadunidense Robert Oppenheimer, diretor do Projeto Manhattan, cujo produto final foi a criação da primeira bomba atômica, depois atirada sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Ou no coronel Paul Tibbets, que batizou com o nome de sua mãe, Enola Gay, o avião que iria pilotar com vistas a lançar sobre Hiroshima a bomba atômica, a qual, de sua parte, foi apelidada de “garotinho”. Mais perturbado ficou seu companheiro de tripulação, Robert Lewis, que escreveria no seu diário: “Tenho certeza de que toda a tripulação sentiu que essa experiência foi mais do que qualquer ser humano jamais imaginou ser possível. Parece impossível compreender. Quantos japas acabamos de matar?”. Ao ver o cogumelo gigante que se formava depois da explosão, exclamou: “Deus, o que fizemos?”. Os célebres “cumpridores de ordens” que apenas “fazem o seu trabalho”, e que se escondem burocraticamente na sua missão destrutiva, foram bem tipificados por Hannah Arendt em seu polêmico ensaio sobre Eichmann, o encarregado nazista de gerir a logística das deportações em massa de judeus para os campos de concentração nos quais seriam exterminados. Essa capacidade do Estado de igualar o exercício da extrema violência ao simples cumprimento de uma tarefa burocrática é analisada por Arendt em seu ensaio sobre a “banalidade do mal”, e parece ser a ela que Adorno se refere em seu comentário sobre a projeção do sistema de ferrovias que conduzirá aos campos de extermínio. Por outro lado, há ainda a questão das “pessoas tecnológicas”, como são chamadas pelo filósofo frankfurtiano. Em *Educação Pós-Auschwitz*, Adorno ressaltava como, na relação atual com a técnica, “existe algo de exagerado, irracional, patogênico”, algo encoberto por aquilo que o autor frankfurtiano chamou de “véu tecnológico” (ADORNO, 2019, p.6).

A reflexão sobre a técnica e sua relação com o humano também foi tratada pelo filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), que faz notar que, no mundo moderno, a tecnologia não é mais um instrumento ou meio – como Adorno propõe que deveria ser, ao considerar que ela parece ter deixado de ser uma extensão do braço humano para se autonomizar – vindo a conformar uma espécie de “armação” que termina por moldar o homem à sua medida e de acordo com a sua necessidade. A técnica, aqui, acaba por se tornar uma instância autônoma, que faz do próprio homem um meio ou instrumento. Em *Superação da Metafísica* (1954), texto no qual Heidegger chega a ser profético ao abordar os problemas relacionados à engenharia genética, quase podemos lembrar, na passagem abaixo, dos seres humanos utilizados como baterias com a aparência de plantas no mundo dominado por máquinas do famoso filme *Matrix*. Conforme nos diz Heidegger:

Uma vez que o ser humano é a mais importante matéria-prima de todas, pode-se antecipar que, com base nas pesquisas químicas atuais, algum dia serão instauradas fábricas para a produção artificial de material humano. As pesquisas do químico Kuhn, que foi distinguido neste ano com o prêmio Goethe da cidade de Frankfurt, já anunciam a possibilidade de dirigir a produção de seres vivos machos e fêmeas planificadamente de acordo com as necessidades (HEIDEGGER, 1985, p. 91).

Para Adorno, entretanto, a questão mais preocupante é a da transformação do homem em máquina, ou o deslizamento de sua vida e sociabilidade para a frieza da máquina. A coisificação e frieza tecnológica, aliás, leva Adorno a dar certo destaque à frieza propriamente dita como uma das características do homem moderno que possibilitaram a ocorrência de Auschwitz e que podem trazer a sua recorrência.

A incapacidade para a identificação foi sem dúvida a condição psicológica mais importante para tornar possível algo como Auschwitz em meio a pessoas mais ou menos civilizadas ou inofensivas (ADORNO, 2019, p. 6).

A indiferença diante do outro corresponde, conforme ressalta Adorno, a esta condição conforme a qual as pessoas mostram-se “profundamente indiferentes em relação ao que acontece com todas as outras, excetuando o punhado daquelas com as quais mantém vínculos estreitos e possivelmente por intermédio de alguns interesses concretos” (ADORNO, 2019, p.7). No plano mais geral, essa “frieza” inerente ao homem moderno é referida pelo autor frankfurtiano como uma real “incapacidade de amar”. O tema, certamente fulcral, também não é propriamente novo, mas constitui certamente uma reflexão imprescindível, que pode ser nivelada aos estudos de Wilhelm Reich (1897-1957), outro autor que uniu psicanálise e marxismo em uma atenta reflexão sobre as carências amorosas (e sexuais) do homem moderno²². O próprio Adorno cita em *Educação Pós-Auschwitz* a percepção de Charles Fourier (1772-1837) de que o verdadeiro calor humano ainda estava por ser constituído²³.

Neste momento em que analisa a indiferença humana – ou a “frieza”, conforme suas palavras na penúltima sessão do texto – Adorno está se referindo aos seres humanos como um todo, e não apenas aos fascistas (ativos ou passivos), ou aos homens comuns que em algum momento histórico específico contribuíram, por ação ou omissão, para a instalação de fascismos ou da barbárie em outras modalidades. Como dizíamos em momento anterior, a leitura de *Educação Pós-Auschwitz* precisa estar atenta a estas flutuações entre as análises

22 Entre outras obras, podemos lembrar a própria análise de Reich sobre o regime hitlerista, em *Psicologia de Massas do Fascismo* (1933).

23 Fourier, crítico da sociedade europeia de sua época (o século XIX), considerava que os seres humanos viviam ainda em uma fase da experiência humana mais atrasada – a Civilização – e que deveríamos superá-la para alcançar um mundo mais avançado em todos os sentidos, que ele chamava de “Harmonia”. A redução do amor à família nuclear e ao casamento monogâmico, ou nem mesmo isso, era considerado por ele um dos aspectos deteriorados da “civilização” – entre outros como a hiperespecialização nos âmbitos do trabalho e da formação escolar/universitária (a “ausência de variação”) ou, ainda, a imposição obrigatória de um trabalho não-desejado e, sobretudo, a desigualdade imposta às mulheres.

que tomam alternativamente para seu objeto os líderes fascistas, os militantes ou simpatizantes fascistas, os praticantes ativos de barbáries, os apoiantes ocasionais, as pessoas comuns que deixam por indiferença ou alienação que as barbáries aconteçam, e a humanidade inteira, que apresenta certas características que possibilitam o fascismo ou a recorrência de barbáries. A “frieza”, por exemplo, é apresentada por Adorno como um traço característico da humanidade moderna, ou mesmo da humanidade até hoje, o que reforça a necessidade de uma Educação que descondicione esta frieza, em especial na primeira infância.

PROBLEMAS MENOS ABORDADOS NO TEXTO DE ADORNO, MAS IGUALMENTE RELEVANTES

Até que ponto, concentradas ou diluídas, não estão presentes a mentalidade e algumas das condições que possibilitaram Auschwitz, ou outras barbáries, em nossas próprias vidas cotidianas, nas relações de trabalho, no *bullying* aparentemente lúdico através do qual são excluídos ou diminuídos os indivíduos escolhidos para depreciação ou deboche, nos preconceitos de todos os tipos que atravessam indelevelmente a vida privada? Adorno desenvolve menos este tema, mas ele está implícito em *Educação Pós-Auschwitz*.

Quantos de nós já não estivemos presentes em ambientes – nos trabalhos, escolas, vizinhanças, nos círculos de conhecidos, ou mesmo nos meios familiares – nos quais se formam grupos ou associações de indivíduos que hostilizam ou massacram cotidianamente aqueles sujeitos que deles não quiseram fazer parte ou que foram escolhidos como inimigos ou objetos de rejeição do grupo? O fascismo – tanto na sua experiência política mais ampla, a qual no limite encontra a experiência histórica dos estados totalitários, como na sua expressão mais corriqueira e cotidiana – precisa visceralmente do “inimigo” como foco para direcionamento da energia e ações destrutivas. Se há os grandes tiranos – os ditadores que comandam nações inteiras durante certos períodos, levando-as à catástrofe, à prática de barbáries, a guerras e massacres de setores inteiros de sua própria população – a vida cotidiana também nos oferece os ‘pequenos tiranos’, que se tornam líderes de pequenos grupelhos prontos a praticar a agressão, a exclusão e a banalidade do mal em uma escala mais reduzida. São pessoas que têm sua esfera de ação destrutiva reduzida a um lugar mais restrito, talvez apenas por falta de oportunidade, ou por vezes por ausência de talentos que os permitam galgar um nível maior de alcance. Entrementes, um certo número de vidas individuais pode ser efetivamente prejudicada por estes pequenos tiranos, da mesma forma que a vida coletiva pode ser brutalmente afetada pelos grandes tiranos.

Analisar estes pequenos tiranos, e seu poder local de destruição ou de incitação à exclusão, é também uma tarefa importante para evitar a recorrência concreta ou simbólica de Auschwitz – ou seja, de barbáries de todos os tipos e das condições que as favorecem, inclusive as barbáries diluídas que apresentam menos visibilidade. Também é importante a análise dos indivíduos que, nestes microambientes, prestam-se facilmente a massas de manobra ou a cooperam passiva ou subalternamente com atuações destrutivas, motivados pelo medo, pela subalternidade consentida, pela incapacidade de autodeterminação, pela alienação, pela acomodação, pelo oportunismo, ou pelo “querer ficar bem com o grupo”, mesmo que às custas de seus princípios pessoais e daquilo que acreditam. Para alguns destes gru-

pos, forma-se um mecanismo de identificação e contraidentificação no qual o inimigo e o opositor ocupa uma posição imprescindível, mas interpermutável. Facilmente o grupelho encontrará um novo opositor se o primeiro opositor ou “inimigo” abandonar o ambiente por alguma razão – um funcionário que se aposenta, o aluno que se forma, o vizinho que se muda, ou, então, o inimigo que o grupo ou o pequeno tirano consegue demitir ou expulsar do convívio, e que já no instante seguinte começará a fazer falta à dinâmica do grupelho.

O inimigo, nos microfascismos cotidianos, é interpermutável, como também ocorre nos fascismos de extensão coletiva. Para estes últimos, não importa tanto se são os negros, homossexuais, judeus ou comunistas – ou mesmo se são os eleitores de um determinado partido, como ocorreu no Brasil recente – o principal é que haja um inimigo. De igual maneira, assim como ocorre com os grandes movimentos fascistas, os grupelhos cotidianos selecionam os indivíduos que serão hostilizados, admoestados, ou simplesmente ignorados e excluídos de um modo agressivo. A hostilidade ao opositor é um elemento constituinte tanto da coesão destes tipos de grupelhos, como da estratégia encaminhada pelo pequeno tirano que lidera o grupo, e que precisa do inimigo para mobilizar o grupo em torno de si e continuar assegurando a sua liderança. Acredito que esta microantropologia do “comportamento Auschwitz” poderia vir a ser especialmente oportuna, e o texto de Adorno certamente oportuniza esta linha de análise, embora o autor frankfurtiano não a tenha senão mencionado de passagem o problema em *Educação Pós-Auschwitz*.

Aqui se abrem, como se vê, análises as mais diversas, bem como o enfrentamento de objetos múltiplos – dos processos que ocorrem nos grandes regimes totalitários àqueles que subjazem nas sociedades aparentemente democráticas; da vida pública – onde imperam os grandes tiranos – aos ambientes privados onde reinam os pequenos tiranos. O fascismo, ao lado de barbáries correlacionáveis, manifesta-se em empoderamentos públicos, mas também atua insidiosamente, de forma latente. Ele está nas práticas, mas também pode ser surpreendido entranhado nos discursos, na própria estrutura da língua, nos modos de perceber o outro e de enxergar o mundo. Está na ciência, mas também na anedota diária. Está na uniformização da diferença, na proibição da criatividade, na imposição de um único modo de pensar, no condicionamento do indivíduo em grupos fechados e não-comunicantes, na naturalização das hierarquias de todos os tipos, na agressão digital, nas *fake news* – nos “robôs digitais”, programas de computador associados às redes sociais que surpreendentemente conseguem manipular seres humanos vivos e dos quais se deveria esperar um potencial mínimo de consciência!

No momento em que um programa de computador, uma “máquina digital”, tem sucesso em manipular seres humanos – em identificar as suas obsessões, idiosincrasias e tendências não conscientes e, a partir daí, através de um insistente envio de mensagens direcionadas, redefinir o seu pensamento social ou político insuflando ódio e hostilidades – percebemos que tudo se inverteu: a máquina domina o ser humano, e transforma-o, manipulável, em uma nova máquina, que no caso do fascismo é imediatamente utilizada para a eficácia do ódio social, da exclusão, da discriminação, do preconceito. O fascismo latente, enfim, está no conservadorismo mais retrógrado e na modernização mais fria; vive no gesto desprezioso que discrimina ou na piadinha cruel que pretende destroçar o “outro”; mostra-se descaradamente naquele momento em que arremedamos, em modo de deboche, um

homem manco, cortando-lhe a perna uma segunda vez. Revela sua covardia violenta nos linchamentos – estes momentos em que o indivíduo de boa índole “esquece-se de si mesmo” e se oferece como instrumento para o massacre – mas também se oculta comedidamente no silêncio que um grupo dedica a determinado indivíduo porque se deixou convencer de que ele é estranho. Em uma palavra, o fascismo pode estar escondido onde não esperamos encontrá-lo. Ou ao menos, se quisermos evitar os riscos de anacronismos que nos espreitam, em todos ou muitos destes exemplos se escondem elementos relacionados às condições que possibilitam a recorrência do fascismo, ou ao menos de novas barbáries²⁴.

Diante da diversidade de formas conforme as quais o fascismo se instala ou se insinua tão facilmente entre pessoas comuns, não é por acaso que autores posteriores continuaram a investir decisivamente em uma atenção ao estudo do ‘fascismo latente’, a exemplo de Michel Foucault, em seu prefácio “Para uma Vida Não Fascista” (1977), que introduz a versão estadunidense do livro *Anti-Édipo*, de Guattari e Deleuze (1976). Assim, também Michel Foucault, em seu prefácio, pretende uma forma de enfrentamento contra o fascismo: “não somente não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini – que soube tão bem mobilizar e utilizar o desejo das massas – mas **o fascismo que está em todos nós, que ronda nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz gostar do poder**, desejar essa coisa mesma que nos domina e explora”. Deste modo, trata-se de indagar, corajosamente: “como fazer para não se tornar fascista – mesmo (e sobretudo) quando se acredita ser um militante revolucionário? Como livrar do fascismo nosso discurso e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres? Como desentranhar o fascismo que se incrustou em nosso comportamento?” (FOUCAULT, 1977, p.XII)²⁵.

A pergunta final, e mais delicada, é aquela que indaga se o fascismo não pode se infiltrar sorratamente nas próprias categorias de análise que usamos para abordar o fascismo. Por exemplo: ao criarmos um grande sistema de formulários com perguntas restritas e por vezes estereotipadas com vistas a serem respondidos por seres humanos bem diferentes uns dos outros – apesar de algumas semelhanças que podem conectar uns aos outros em categorias tipológicas estabelecidas pela análise – não estaríamos forçando as pessoas a entrar em compartimentos, isolando-as de suas riquezas individuais, criando novas formas de discriminação? Isso poderia ser evitado? Como evitar o estranho risco da utilização de categorias fascistas, ou relativamente infiltradas pelo fascismo, em uma análise do fascismo como

24 É claro que, se quisermos nos render ao rigor historiográfico, o fascismo propriamente dito não é recorrente. Podemos pensar que o que se mostra recorrente são algumas das condições que podem favorecer a recorrência de barbáries como o fascismo. Por isso, Adorno prefere – ao invés de falar na possibilidade de retorno do fascismo – expressar-se nos termos da possibilidade de recorrência ou repetição de Auschwitz. Referindo-se a um evento histórico obviamente único, como Auschwitz, mas tomando-o como exemplar das barbáries de certo tipo, fica claro o uso poético-filosófico que está dando a estas expressões. Foi também com um uso deste tipo que empregamos nesta última seção expressões como “fascismo” ou “microfascismos”.

25 Na mesma dupla face enfrentada pelos frankfurtianos, também Foucault visa “o banimento de todas as formas de fascismo, desde aquelas, colossais, que nos envolvem e nos esmagam, até as formas miúdas que fazem a amarga tirania de nossas vidas cotidianas” (FOUCAULT, 1977, p. XIV). De todo modo, escrevendo dez anos depois sobre o período da história intelectual europeia situado entre 1945 e 1965, Foucault já irá confrontar a dominância acadêmica da conexão que embasa a reflexão de Adorno, a articulação entre o materialismo histórico e a psicanálise freudiana, por ele referida como “Marx e Freud iluminados pela mesma incandescência” (FOUCAULT, 1977, p. XI).

objeto de estudo? Ao analisarmos o fascismo, contra que riscos precisaríamos nos prevenir para não instrumentalizar o próprio fascismo? Ao mesmo tempo, ainda que com procedimentos parcialmente inadequados enquanto não encontramos outros mais aprimorados, como não analisar o fascismo – este fenômeno cuja compreensão é essencial e urgente para almejar uma vida plena? Como não tentar criar categorias para compreender as condições que o tornaram possível, e que poderiam estar por trás das possibilidades de recorrências da barbárie? Esta grande série de indagações, entretanto, constitui uma linha de reflexões que mereceria um conjunto de comentários à parte.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. “Educação após Auschwitz” In: *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995, p. 119-154 [original: 1965].

ADORNO, T. W. “Educação após Auschwitz”. <https://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf.p.1-8>. acesso em 2019 [original: 1965].

ADORNO, T. W. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009 [original: 1966].

ADORNO, T. W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

ADORNO, T. W. “Introdução à Personalidade Autoritária” In; *A Personalidade Autoritária* (1950). Disponível em: <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno24.htm>. Acesso em fevereiro de 2019.

ADORNO, T. W. *Freudian theory and the pattern of fascist propaganda. Psychoanalysis and the Social Sciences*, nº3, p.408-433, 1951.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985 [original: 1947].

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [original: 1976].

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [original: 1963].

BARROS, José D'Assunção. *Igualdade e Diferença – construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito o História” in *Walter Benjamin: obras escolhidas – magia e técnica; arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2008, p.222-231 [original: 1940].

DELEUZE e GUATTARRI. *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [original: 1976].

FOUCAULT, Michel. “Preface” In: DELEUZE, Gilles e GUATTARRI, Felix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977, p.XI-XIV. <http://letraefilosofia.com.br/wp-content/uploads/2015/03/foucault-prefacio-a-vida-nao-facista.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019.

FOUCAULT, Michel. “O Anti-Édipo: uma Introdução à vida não fascista”. *Cadernos de Subjetividade*. Vol.1, nº1, p.197-200 [original: 1977]

FOURIER, Charles. “Le nouveau monde industriel et societaire” in *Oeuvres Completes*. Paris: Antropos, 1966-1968 [original: 1829].

- FOURIER, Ch. *Le nouveau monde industriel et sociétaire*. Paris: Flammarion, 1973.
- FREUD, Sigmund. *Mal Estar da Civilização* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1996 [Original: 1929].
- FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas e análise do Eu*. Porto Alegre: L&PM, 2013 [Original: 1921].
- HEIDEGGER, M. «La question de la technique» In: *Éssais et conférences*. p.9-48. Paris: Gallimard, 1958.
- HEIDEGGER, M. «Dépassement de la métaphysique». In: *Éssais et conférences*. p. 80-115. Paris: Gallimard, 1958 [original: 1954].
- HEIDEGGER, Martin. “Überwindung der Metaphysik” In: *Vorträge und Aufsätze*. Pfullingen: Neske, 1985, p.67-96.
- KORSCH. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008 [original: 1923].
- LOWENTHAL, Leo e GUTERMAN, Norbert. *Prophets of Deceit*. Nova York: Harper Brothers, 1949-a.
- LOWENTHAL, Leo e GUTERMAN, Norbert. Portrait of the American Agitator. *Public Opinion Quarterly*, p.417-ss, 1949-b.
- LUKÁCS, Gyorgy. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [original: 1923].
- LUKÁCS, Gyorgy. *Teoria do Romance*. São Paulo: Duas Cidades, 2000 [original: 1914-1915].
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *As Aventuras da Dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [original: 1955].
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1972 [original: 1933].
- WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt*. São Paulo: Difel, 2002 [original: 1986].

